

GRIFE SUÍNA E DISCURSO JORNALÍSTICO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DO ATO (IR) RESPONSÁVEL

SWINE FLU AND JOURNALISTIC DISCOURSE: A DIALOGICAL ANALYSIS OF THE (IR)RESPONSIBLE ACT

Felipe de Souza Costa 1

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar liames do discurso jornalístico, partindo de chamadas de primeiras páginas e de um texto editorial do jornal impresso Folha de S. Paulo, os quais tiveram como temática a Gripe Suína no ano de 2009. Filiados a uma perspectiva dialógica do discurso, tendo em Bakhtin um nome exponente, analisamos o ato responsável da instância enunciativa, contando com procedimentos analíticos advindos dessa perspectiva teórica. O corpus foi construído a partir da coleta de dados, o que representa um período de abril a dezembro de 2009. Para este artigo, foram selecionadas apenas as materialidades que apresentavam números a respeito da pandemia. Recuperando as discussões de Bakhtin e de seus divulgadores no Brasil, a respeito do ato responsável, as análises demonstraram que o discurso jornalístico se vale de estratégias linguístico-discursivas para criar um efeito de sentido de não-álibi na divulgação de números sobre a gripe suína.

Palavras-chave: Discurso Jornalístico. Análise Dialógica do Discurso. Gripe Suína.

Abstract: This article aims to analyze links in journalistic discourse, which are from the front pages and an editorial text from the printed newspaper Folha de S. Paulo, which had the theme of swine flu in 2009. Affiliated to a perspective dialogical discourse analysis, which has an exponent name in Bakhtin, we analyze the responsible act of the enunciating instance, relying on analytical procedures arising from this theoretical perspective. The corpus was built from data collection, which represents a period from April to December 2009. For this article, only those materials that presented numbers regarding the pandemic were selected. Retrieving the discussions of Bakhtin and his promoters in Brazil, regarding the responsible act, the analyzes demonstrated that the journalistic discourse makes use of linguistic-discursive strategies to create a non-alibi sense effect in the dissemination of numbers about swine flu.

Keywords: Journalistic Discourse. Dialogic Discourse Analysis. Swine Flu.

Primeiras palavras: antecedentes de uma pesquisa em linguagem

O Brasil e o mundo, no ano de 2009, vivenciaram uma crise pandêmica, motivada por um surto da *Influenza A (H1N1)*¹, que resultou, entre outros fatores, em uma grande circulação de discursos, os quais se deram por meio de órgãos oficialmente responsáveis pela divulgação científica, como a Organização Mundial da Saúde, ou por aqueles que, em nossa sociedade, também cumprem o papel de disseminá-los.

Em ambos os meios, temos aclarado que tanto um como o outro lança mão da linguagem para se valer de perspectivas noticiosas e, por isso, de responsabilidade jornalística. Inspirados em Amorim (2006), para quem “a oposição abstrato *versus* concreto se fará então entre a língua enquanto sistema e o discurso ou enunciado enquanto ato realizado” (AMORIM, 2006, p. 22), inscrevemos nosso trabalho em uma perspectiva discursiva, orientados por uma posição dialógica. Nessa direção, assumimos que, assim como para Bakhtin (2010a), “historicamente, a linguagem cresceu a serviço do pensamento participativo e dos atos realizados” (BAKHTIN, 2010a, p. 84).

Nesse sentido, é possível depreendermos que, se a linguagem está imbricada historicamente aos atos realizados e ao pensamento participativo, temos um forte indício de que nela e por meio dela é que se instaura o discurso. Bakhtin (2010a) potencializa esse conceito de discurso, no qual pretendemos nos apoiar neste trabalho, quando, ao propor uma discussão a respeito do problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas, assevera: “a palavra como ato. A reviravolta na história da palavra quando ela se torna expressão e pura (sem ato) informação (comunicação)” (BAKHTIN, 2003, p. 320).

A partir desse último excerto do autor russo, entendemos que o ato de informar, isto é, de comunicar algo, oferece diversos dados para o analista do discurso. Os jornais impressos, televisivos, radiofônicos ou virtuais têm cumprido esse papel em sociedades civis cuja cultura da palavra permanece um bem simbólico para as relações sociais.

Dito isso, neste artigo, anunciamos que nossa análise está centrada na mídia impressa e, especialmente, em três amostras de primeiras páginas do jornal *Folha de S. Paulo*, as quais datam de 19/07/2009, 19/08/2009 e 27/08/2009. Tal *corpus* foi constituído porque, além de a primeira página ser um primeiro contato do leitor com as informações contidas no jornal do dia, trazem consigo elementos importantes e análogos, a saber: chamadas que mostram números díspares a respeito da doença no Brasil, das quais, uma delas resultou em um texto específico do Ombudsman, um editor autorizado a tecer críticas ao próprio jornal.

De maneira ampla, nosso objetivo é discutir em que medida a primeira página do jornal, como *lócus* privilegiado², configura-se em um recurso enunciativo para a legitimação discursiva de atos e enunciados e, portanto, subjetivos, frente a demandas de ordem social, como, por exemplo, a situação pandêmica que assolou o Brasil e alhures. De modo mais restrito, ensejamos problematizar as coerções dialógicas, explicitadas por meio de chamadas inscritas neste mesmo espaço discursivo, as quais se baseiam em números para as disseminações mitigadas de discursos supostamente objetivos e baseados em dados, a nosso ver, controversos.

Concatenada a esse contexto de pesquisa, está a formulação de nosso problema, que se dá por meio da seguinte questão: sendo o ato realizado, ao mesmo tempo, responsável, que responsabilidades enunciativas assumem os sujeitos ao divulgarem números contundentes sobre a suposta situação pandêmica em uma primeira página de jornal?

Nossa hipótese reside no fato de que o jornal *Folha de S. Paulo* assume um compromisso responsável ao enunciar, em suas primeiras páginas e por meio de chamadas, números díspares e que se contradizem em um tempo não muito distante: um mês apenas. Tal responsabilidade está, de certa forma, associada a uma questão ética, que, por sua vez, permite-nos inferir sua participação no movimento discursivo como sendo questionável e, do ponto de vista científico e de suas divulgações, revela um descompromisso engajado que é sublimado pelo

1 Optamos por essa nomenclatura porque, a partir de um quadro de sinonímia apresentado pelo Ministério da Saúde, *Influenza A (H1N1)* diz respeito essencialmente à crise pandêmica de 2009 (BRASIL, 2009, p. 2).

2 Isto porque, segundo Ferreira Júnior (2003, p.7): “veículo informativo por excelência, o jornal, por intermédio de sua capa – seu apelo visual mais contundente, exposto nas bancas da cidade- integram no contexto dos inúmeros itens que compõem o desenho visual urbano”.

afã de “informar”.

Diante disso, perfazemos, nestas breves páginas, uma análise a partir do nosso problema de pesquisa, que tem por objetivo a discussão das questões supracitadas sob a égide de uma perspectiva discursiva e dialógica, na qual arriscamos centrar o nosso deslizar analítico. Além de inscrever nosso trabalho nessa direção teórica, pretendemos, ao mesmo tempo, discutir de maneira horizontal as questões que suportam aquelas de ordem jornalística.

Discussões teóricas: do ato como princípios linguísticos, discursivos e filosóficos

Ao propormos o título desta seção, filiamo-nos ao que, hoje e no Brasil, está consolidada como uma prática de estudiosos da linguagem, uma vez que buscamos contribuições advindas do campo epistemológico da linguística moderna, conhecido como Análise do Discurso. Por si só, na atualidade, o termo que dá nome a esse movimento epistêmico apresenta, especialmente em nosso país, uma pluralidade tamanha que nos é imperativo recorrer à delimitação como uma tentativa de demarcar o lugar de “onde” falamos.

Nesse sentido, nosso deslizar analítico e teórico filia-se ao que convencionamos chamar de uma teoria dialógica do discurso, a partir de registros teóricos que estão presentes nas discussões de Bakhtin e do Círculo, com especial atenção ao alerta de Brait (2006):

Ninguém, em sã consciência, poderia dizer que Bakhtin tenha proposto formalmente uma teoria e/ou análise do discurso, no sentido em que usamos a expressão para fazer referência, por exemplo, à Análise do Discurso Francesa. Entretanto, também não se pode negar que o pensamento bakhtiniano representa, hoje, uma das maiores contribuições para os estudos da linguagem, observada tanto em suas manifestações artísticas como na diversidade de sua riqueza cotidiana (BRAIT, 2006, p. 9).

Dessa maneira, queremos evocar, para este artigo, como forma de fundamentação teórica, os textos de autoria do próprio Bakhtin, alguns de assinatura disputada, o que nos faz, de igual modo, recorrermos à presença de outros integrantes do Círculo que, com ele – Bakhtin - compuseram, ainda que de maneira diferente, mas não conflitante, contribuições destacáveis para o que estamos chamando de teoria dialógica do discurso.

Cindimos, nessa amplitude de textos bakhtinianos, aqueles que, por se afinarem à nossa questão-problema, podem nos fornecer embasamentos ligados a uma ordem mais linguístico-filosófica. Isso não quer dizer, de maneira alguma, que desprezaremos os demais, mas como um recurso metodológico e, dadas as conjunturas deste trabalho – um artigo – selecionamos como fontes norteadoras de discussão e análises de enunciados, os textos, por nós considerados, de cunho mais filosófico:

Quando se observa em conjunto a obra do Círculo de Bakhtin, é perceptível a existência de dois grandes projetos intelectuais. Da parte de Bakhtin, parece haver, de início, a intenção de construir uma “prima-philosophia” [...] O segundo grande projeto de membros do Círculo, claramente visível nos textos de Voloshinov e de Medvedev, publicados entre 1925 e 1930, era contribuir para a construção de uma teoria marxista da chamada criação ideológica, ou seja, da produção e dos produtos do “espírito” humano (FARACO, 2009, p. 16-17).

Apontadas as questões que nos predizem, elucidamos que nossa proposta, portanto,

tem uma posição muito mais diretiva e que vai ao encontro deste primeiro grande projeto, apontado por Faraco (2009), de modo que nos suportam os seguintes escritos: *Para uma filosofia do ato responsável; O problema do conteúdo do material e da forma na arte verba; O autor e a personagem na atividade estética; Discurso na vida e Discurso na arte; Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências humanas; O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas e, finalmente, Metodologia das ciências humanas.*

Para nós, especialmente neste trabalho, as questões ligadas à ética, muito marcadas no mundo da vida, são-nos apresentadas como sendo aquelas que desencadeiam olhares múltiplos a respeito de um pensamento filosófico e científico, alvo de nossas discussões no âmbito deste artigo.

Entendemos que, em Bakhtin (2010a), podemos ler ciências humanas a partir da crítica que ele faz à filosofia teórica, que, por atingir um grau máximo de abstração, desconsidera elementos importantes do mundo real, como, por exemplo, o singular, tanto que:

[...] esta filosofia teórica não pode pretender ser uma filosofia primeira, isto é, uma doutrina não sobre a criação cultural unitária, mas sobre o existir-evento unitário e singular. Tal filosofia primeira não existe e parecem estar esquecidos os caminhos de sua criação. Daí, precisamente, a profunda insatisfação em relação à filosofia contemporânea por parte daqueles que pensam de modo participante (BAKHTIN, 2010a, p. 68).

Verificamos, portanto, que o lugar do singular nas ciências humanas deve(ria) ser aquele em que o “ser” se reconhece no mundo real e não na abstração teórica, tão criticada pelo autor russo em que nos apoiamos neste artigo, motivo pelo qual, destacamos a assertiva de Bakhtin (2010a), para quem:

Em geral, nenhuma definição e nenhuma posição teórica pode incluir em si o momento do dever, nem ele é delas dedutível. Não existe um dever estético, científico e, ao lado deles, um dever ético: há apenas o que é estética, teórica e socialmente válido e ao qual se pode agregar um dever a respeito do qual todas estas validades são de caráter técnico, instrumentais. Tais posições adquirem sua validade no interior de uma unidade estética, científica, sociológica; enquanto adquirem o dever na unidade de minha vida singular e responsável (BAKHTIN, 2010a, p. 47).

Esse dever, reclamado por Bakhtin (2010a), como aquele que é indissociável das dimensões do mundo da cultura, está ligado à ética, não da maneira como estamos acostumados a pensá-la na filosofia científica ou contemporânea (a ele): ética material ou formal, as quais recebem críticas de sua parte, mas uma ética que esteja diretamente ligada ao ato realizado e responsivo, o qual pulsa, localiza-se na vida e está imbricado nas dimensões da cultura que o completam.

Nesse contínuo filosófico, o pensador russo nos propõe uma compreensão do dever que está perpassado de constante diálogo com o que podemos chamar de pensamento neokantiano e que se nos apresenta de maneira inquietante, uma vez que ligado à ética está indiscutivelmente associado à noção de ato:

A categoria do dever é uma compreensão, de Kant e dos neokantianos, em termos de uma categoria universal, portanto em termos cognitivos, abstratos, assim, a consciência moral

se torna consciência teórica, teorizada. Porque o imperativo é concebido também da ética formal kantiana como universal e é subordinada à sua capacidade de ser universal, a filosofia kantiana e neokantiana não são capazes de dar conta do ato singular (PONZIO, 2011, p. 4, tradução nossa).

É justamente nesse ato singular que concentramos nossas discussões e análises, haja vista que nossa questão-problema, embora aponte enunciados inscritos em uma primeira página do jornal e sua recorrência tópica como materialidade linguística, remonta uma discussão no sentido de que o ato realizado é singular e nos imputa o dever como não-álibi para a responsabilidade no discurso. Em face disso, também estamos vinculados às questões linguístico-discursivas e dialógicas, nossas maiores preocupações neste trabalho.

Mas o ato, de igual modo, não pode deixar de circunscrever as questões filosóficas, sendo que, para além de qualquer inquietude, posicionamo-nos no sentido de que “os conceitos de ato/atividade e evento têm na tradição filosófica caráter extremamente complexo, sendo objeto, ainda hoje, de acirrados debates” (Sobral, 2005, p. 12). Portanto, nossa discussão não se dá, necessariamente, na filosofia, mas nas ciências humanas, como pondera Bakhtin (2010a) e, especialmente, naquela área em que o discurso, tal como o apresentamos aqui, possui preponderância: a linguística.

Sendo a natureza do nome que alude a esta disciplina da linguística moderna - a Análise do Discurso - de caráter multifacetado, não poderíamos deixar de mencionar, neste artigo, aspectos que colocam “a palavra em ato”, como sendo aquela que se faz e se mostra com caráter dialógico. A esse respeito, lembramos, ainda, que o dialógico não se restringe ao dialogal porque a ideia que advém com este vocábulo parece estar ancorada numa acepção primária da palavra “diálogo” e dos usos que dela são feitos ao longo da história. Segundo Faraco (2009):

a palavra diálogo designa, comumente, determinada forma composicional em narrativas escritas, representando a conversa das personagens. Pode designar também a sequência de fala das personagens no texto dramático, assim como o desenrolar da conversação face a face (FARACO, 2009, p. 60).

Sobre essas considerações primárias, Faraco (2009) diz que Bakhtin e o Círculo se posicionam para além desta designação, na medida em que os componentes desse grupo “não são teóricos do diálogo nesse sentido” (Faraco, 2009, p. 29). Tais citações nos permitem dizer que o dialógico, cunhado por Bakhtin em seus mais diversos manuscritos, não está ancorado no que chamaríamos de diálogo concreto, tão somente.

Dessa forma, ao dizermos que estamos inscritos em uma perspectiva de Análise/Teoria do Discurso Dialógica, pensamos em uma dialogicidade que evidencie um universo mais amplo e que inclua, em seu bojo, elementos outros que, até pouco tempo, não eram considerados no campo epistemológico da linguística: “O enunciado em sua plenitude é enformado como tal pelos elementos extralinguísticos (dialógicos), está ligado a outros enunciados” (Bakhtin, 2003, p. 313).

Finalmente, posicionamo-nos, nesta seção, de maneira norteadora, criando para as discussões que se darão no momento da análise e discussão, uma base conceitual ligada à recorrência dialógica como campo extremamente marcado pelo ato ético, que se desenvolve diante das perspectivas e apontamentos supracitados: linguísticos, discursivos e filosóficos. Tais princípios estão suportados nas obras de Bakhtin e do Círculo, que foram metodologicamente selecionadas para suggestionar o nosso fazer analítico.

Do gérmen ao trigo: o caminho metodológico

Na atualidade, as fontes jornalísticas têm se apresentado de maneira plural, de modo

que suas recorrências estão mediadas pelo impresso, radiofônico, televisivo e, mais recentemente, pela internet. Nosso interesse por pesquisar os discursos jornalísticos que tematizaram a *Influenza A* está, também, indiciado na aproximação que o autor deste artigo mantém com as pesquisas em mídia impressa. Como, à época pandêmica, o jornal, ao qual tínhamos mais acesso, era a Folha de S. Paulo, chamaram-nos à atenção os enunciados que circulavam neste veículo e, de maneira mais restrita, aquelas que se inscreviam nas primeiras páginas.

Assim, por ser esta uma investigação cindida e, portanto, de dimensões controláveis, nossa pesquisa seguiu, inicialmente, um percurso delimitador, pois o universo quantitativo de enunciados que detivemos representa um grande esforço analítico para a divulgação de resultados em um artigo. Por isso, nosso empenho de delimitação se dá, primeiramente, na contingência da materialidade linguística que nos propomos a analisar.

Para iniciar, encomendamos ao Banco de Dados da *Folha de S. Paulo*, as primeiras páginas de jornal que, no período de abril a dezembro de 2009, contivessem marcas linguísticas com os seguintes vocábulos: Gripe Suína, Influenza A (H1N1) ou Gripe A. Após leitura e apreciação dos documentos por eles enviados, obtivemos a seguinte sistematização dos dados:

Tabela 1. Dados quantitativos de enunciados nas primeiras páginas

	Manchetes	Outras formas de enunciação: títulos, legendas, chamadas
abr/09	3	2
mai/09	3	9
jun/09	1	8
jul/09	3	15
ago/09	2	14
set/09	0	0
out/09	0	1
nov/09	0	1
dez/09	0	1
Totais	12	51

Fonte: (COSTA, 2016, p. 85)

Nossa pesquisa de mestrado, que, inclusive dá origem a este artigo, está preocupada com as manchetes e com algumas chamadas selecionadas. Neste artigo, no entanto, realizamos uma busca de equivalência e proximidade temática, no intuito de aglutinar enunciados que se configurassem num contínuo dialógico.

A investigação empreendida para este artigo apontou três chamadas, cujos tópicos se afinavam por conta dos números que eram apresentados a respeito da situação pandêmica, os quais se mostravam de maneiras discrepantes e contundentes. Em face disso, encontramos três chamadas não utilizadas na dissertação e constituímos o corpus deste trabalho, que é preenchido pela aglutinação de primeiras páginas das seguintes datas: 19/07/2009, 19/08/2009 e 27/08/2009.

Quadro 1. Chamadas de primeira página em análise

<p>Gripe suína deve atingir ao menos 35 milhões no país em 2 meses</p> <p>Modelo matemático usado pelo Ministério da Saúde estima que de 35 milhões a 67 milhões de brasileiros podem ser afetados pela gripe suína em oito semanas, relata Hélio Schwartsman. O número de hospitalizações iria de 205 mil a 4,4 milhões. O documento não tabula mortes. Se confirmados dados iniciais sobre o vírus, o cenário otimista é o mais provável. Pág. C4</p>	<p>Números do governo indicam queda nos casos da gripe suína</p> <p>Dados do Ministério da Saúde indicam redução do número de casos da gripe suína — na semana de 9 a 15 de agosto, foram registrados 111 novos casos graves, contra 794 da semana anterior. Para o governo, pode ser “indicativo preliminar” de recuo, mas os dados não estão totalmente atualizados. Em SP, exames diários em hospitais particulares diminuíram de 140 a 50. Pág. C4</p>	<p>Epidemia de gripe A perde força no Brasil</p> <p>Números do Ministério da Saúde mostram queda de casos da gripe suína. Na primeira semana de agosto, foram identificados 1.578 doentes graves, 826 na segunda e 273 na terceira. Já em mortes, o Brasil lidera o ranking em termos absolutos, com 557 óbitos. Pág. C3</p>
--	---	---

Fonte: *Folha de S. Paulo* – capas de 19/07/2009, 19/08/2009 e 27/08/2009

Por seu caráter dialógico com as chamadas, incluímos também o texto do Ombudsman, datado de 26/07/2009, que antecede a última chamada de primeira página com números da pandemia. Definimos o corpus como sendo um ajuntamento de documentos que nos fornecem dados de maneira criteriosa a um momento de produção discursiva na história:

Determinados registros têm como característica o fato de servirem como documento de situações que ocorreram no passado, seja afastado ou recente. Vários registros podem ser utilizados como documentos: registros políticos (por exemplo, discursos do atual presidente proferidos quando era senador), registros administrativos (por exemplo, registro de óbitos em partos, nas diferentes cidades do Estado de São Paulo), registros cartoriais, cartas pessoais, meios de comunicação de massa, plano de curso, etc. Os registros podem ser utilizados como fonte confiável de dados, desde que alguns cuidados sejam tomados como, por exemplo, certificar-se de que os documentos sejam autênticos e de que não sejam seletivos (GIANFALDONI e MOROZ, 2006, P. 80).

Ademais, ainda nessa direção de contingência, estabelecemos que, no quadro teórico dos manuscritos de Bakhtin e do Círculo, trabalharíamos predominantemente com os textos que se nos apresentam com um cunho mais filosófico, a fim de que pudéssemos dar conta da discussão que propomos realizar a partir de nossa questão-problema. Por fim, estabelecemos categorias de análise que não partem do material, mas do todo que compõe, como resultado tangível, os enunciados que ora foram mostrados como corpus deste trabalho.

No meio do caminho tinha um Ombudsman: do ato (ir)responsável

Nesta seção, procedemos à interpretação dos dados coletados, os quais, à luz das considerações teóricas, são discutidos e encarados sob a égide de que, em ciências humanas, o objeto também tem muito a nos dizer, o que, nos permite, a priori, estabelecer um fluxo dialógico que extrapole as questões meramente linguísticas.

Entre a primeira chamada, que foi veiculada em 19/07/2009 e a segunda, temos um intervalo de tempo marcado por exato um mês. A alusão ao verso de Dante, que nomeia esta

seção de nosso artigo, constante na abertura de “A divina comédia”, o qual foi amplamente divulgado e ressignificado por Drummond, tenta retomar pontos de convergências e, paradoxalmente, de divergências com o que aconteceu neste meio tempo. Isto porque o Ombudsman³ da *Folha de S. Paulo* publica um artigo em que reclama a necessidade de inclusão da chamada de 19/07/2009 na seção “erramos”.

O verso também nos mostra que o fluxo da pesquisa, no que diz respeito ao recorte, também pode ser interferido por interpelações de outras ordens, como a que não havíamos previsto. No início, objetivávamos apenas tratar das chamadas, mas ao haurirmos os dados, inevitavelmente e de maneira inesperada, confrontamo-nos com o texto do Ombudsman. Publicado no “Primeiro Caderno”, o texto, de autoria de Carlos Eduardo Lins da Silva⁴ dialoga diretamente com as chamadas por nós selecionadas e, conseqüentemente, com a reportagem que se estendeu no interior do jornal. Neste momento, por uma questão metodológica, não falaremos desta extensão da chamada.

Os enunciados da PP não explicitam um autor específico, mas faz recorrente uso do discurso do outro para legitimar a notícia ou reportagem nos âmbitos do discurso jornalístico e, por adição, da divulgação científica. Segundo Bakhtin/Volóchinov (2010):

Aquilo de que nós falamos é apenas o conteúdo do discurso, o tem a de nossas palavras. Um exemplo de um tema que é apenas um tema seria, a “natureza”, o “homem”, a “oração subordinada” (um dos temas da sintaxe). Mas o discurso de outrem constitui mais do que o tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer “em pessoa”, como uma unidade integral da construção. Assim, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama linguística do contexto que o interrogou (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2010, p. 150).

Dessa forma, podemos extrair da materialidade linguística dos enunciados, alguns termos recorrentes de chamamento desse outro para validar como efeito de verdade, objetividade e divulgação, a ideia de que, para além dos números como signos absolutos, um órgão responsável pelas informações oficiais também, que são aclarados nas construções sócio-históricas e perpassam os efeitos de sentido:

Quadro 2. Discursos de outrem nas chamadas em análise

Chamada de 19/07/09	Modelo matemático usado pelo Ministério da Saúde [...] [...] relata Hélio Schwartzman [...] O documento não tabula mortes [...]
Chamada de 19/08/2009	Dados do Ministério da Saúde indicam redução do número de casos [...] Para o governo , pode ser “indicativo preliminar” de recuo [...]
Chamada de 27/08/2009	Números do Ministério da Saúde mostram queda de casos da gripe suína [...]

Fonte: *Folha de S. Paulo* – capas de 19/07/2009, 19/08/2009 e 27/08/2009

Nas três chamadas, a institucionalização como um discurso do outro sugere que a responsabilidade pelos dados divulgados aponta tão somente a autoria dos enunciados ao Minis-

3 Palavra de origem sueca que significa “aquele que representa”. Pronuncia-se “ômbudsman”, mas no Brasil fixaram-se as formas “ombudsman” ou “ombudsmân”. A *Folha* usa o termo ombudsman tanto no feminino quanto no masculino. No plural, grafa-se “ombudsmans” (*Folha de S. Paulo*, 2013, p. 92).

4 Carlos Eduardo Lins da Silva foi o Ombudsman da *Folha* desde 22 de abril de 2008. O Ombudsman tem mandato de um ano, renovável por mais dois.

tério da Saúde, ao governo, ao documento ou a uma pessoa em específico, quando, na verdade, embora não assinados no lócus em que eles estão inscritos, o jornal também deve(ria) mostrar-se coautor e corresponsável pela chamada publicada, ainda que tenha manipulado, no sentido de movimentar, discursos de outros autores para a sua alcunha pessoal (instituição) nas páginas impressas em análise.

Outrossim, a citação desse outro também se mostra em “Hélio Schwartzman”, “o documento” e “governo”. Todos esses conferem à chamada um grau de passagem responsiva do discurso, além de criar uma atmosfera de autoridade para o que foi publicado. A primeira recorrência, à qual queremos nos deter de maneira mais detalhada, marcada por um nome próprio, leva-nos, inicialmente, a uma procura em querer saber quem é esse autor-pessoa. Contudo, a esse respeito, alerta-nos Bakhtin (2003):

Negamos apenas o enfoque sem nenhum princípio, puramente factual desse tema, que atualmente domina sozinho e se funda na confusão do autor-criador, elemento da obra, com o autor-pessoa, elemento do acontecimento ético e social da vida, e na incompreensão do princípio criador da relação do autor com a personagem; daí resultam a incompreensão e a deformação – no melhor dos casos a transmissão de fatos apenas – da personalidade ética, biográfica do autor, por um lado, e a incompreensão do conjunto da obra e da personagem, por outro. Para empregar uma fonte é necessário que se compreenda sua estrutura criativa (BAKHTIN, 2003, p. 9).

Essa distinção feita por ele entre autor pessoa e autor criador nos conduz para uma análise que, numa perspectiva dialógica do discurso, não exclui o primeiro em detrimento do segundo, mas estabelece entre eles um diálogo tal que sua separação parece se dá tão somente mediado por uma necessidade taxionômica de colocar e cristalizar as coisas do mundo em “seu devido lugar”. Entretanto, ao retomarmos nossa questão-problema: “sendo o ato realizado, ao mesmo tempo, responsável, que responsabilidades enunciativas assumem os sujeitos ao enunciarem números contundentes sobre a suposta situação pandêmica em uma primeira página de jornal?”, conseguimos pensar nessa diferenciação que se nos apresenta pelo viés ético, que inclui o ato responsável no curso da vida, sem necessariamente, precisar dispor de uma preocupação com o autor pessoa, no caso desta chamada em específico, mas arguir que o autor criador sendo:

Essa voz criativa (isto é, o autor criador enquanto elemento estético-formal) tem de ser sempre, segundo insiste Bakhtin, uma voz segunda, ou seja, o discurso do autor criador não é a voz direta do escritor (do autor pessoa), mas um ato de reapropriação refratada de uma voz social qualquer de modo a poder ordenar um todo estético (FARACO, 2009, p. 92).

Por conseguinte, temos uma forte imbricação entre essa segunda voz do autor criador, que é também uma voz social e que conclama, dentro de um contínuo fazer discursivo, elementos tais para legitimar seu discurso como sendo aquele que não é necessariamente dele, mas de outro arrolado – por ele mesmo – no enunciado.

Como separar essa responsabilidade do ato? Dissemos, baseados em Bakhtin (2010a) que “Ser”, implicado num ato responsável, o coloca em constante responsabilidade, de modo que o mundo da vida, expresso pela ética não exige absolutamente ninguém de suas responsabilidades éticas:

O ato responsável é, precisamente, o ato baseado no reconhecimento dessa obrigatória singularidade. É essa afirmação do meu não-álibi no existir que constitui a base da existência sendo tanto dada como sendo também real e forçosamente projetada como algo ainda por ser alcançado (BAKHTIN, 2010a, p. 99).

O jogo dissonante que aparece na arena de vozes existentes na chamada de 19/07/2009, coloca Hélio Schwartsman como autor do enunciado, pois o verbo *dicendi*, “relata”, imputa a esse autor a responsabilidade pela contundente explanação:

Quadro 3. Excerto da chamada de 19/07/2009

“Modelo matemático usado pelo Ministério da Saúde estima que de 35 milhões a 67 milhões de brasileiros pode mser afetado pela gripe suína em oito semanas, relata **Hélio Schwartsman**.

Fonte: *Folha de S. Paulo* – capa de 19/07/2009

O jogo dialógico, no entanto, não para por aí. O autor-criador, responsabilizado pelo enunciado, atribui sua fala ao Ministério da Saúde e nessa troca responsiva, resta-nos querer saber a quem pode ser atribuída a responsabilidade pela divulgação de dados, que não se sustentam e que, ao mesmo tempo, recriam vozes do passado, sugerindo que estivéssemos, naquele momento, sujeitos às mesmas agruras vivenciadas pela humanidade em 1918. Bakhtin (2010b) nos aponta, em seus manuscritos, pistas de como poderíamos tentar responder a essa pergunta:

O autor, como momento constitutivo da forma, é a atividade, organizada e oriunda do interior, do homem como totalidade, que realiza plenamente a sua tarefa, que não presume nada além de si mesmo para chegar à conclusão, é, ademais, o homem todo dos pés à cabeça: ele precisa de si por inteiro, respirando (o ritmo), movimentando-se, vendo, ouvindo, lembrando-se, amando e compreendendo (BAKHTIN, 2010, p. 68).

Dito isso, queremos voltar ao verso de Dante e, mais proximamente, de Drummond. “No meio do caminho”, entre a chamada de 19/07/2009 e 19/08/2009, aparece o ombudsman, o qual, coagido pelo papel social que desempenha no jornal e, é claro, pelas pressões do próprio Ministério da Saúde e de alguns leitores, vê-se enredado em tentar responder à mesma pergunta que estabelecemos acima e como mote de nosso trabalho.

No dia 26/07/2009, no domingo posterior à chamada que analisamos, o ombudsman nomeia seu artigo como “No limite da irresponsabilidade”. Chama-nos a atenção o título porque, no seu discurso, ele imputa essa responsabilidade à redação da reportagem e não ao jornal, instância enunciativa. Além disso, não individualiza a redação do enunciado, ele critica, principalmente, o fato de a reportagem ter sido veiculada na capa do jornal (PP), o que, de certa forma, ratifica nosso corpus como justificável do ponto de vista da investigação que propomos aqui, pois ela é, como já dissemos, a porta de entrada do leitor, sendo que, muitas vezes, é apenas na chamada ou manchete que o leitor se detém, principalmente se ele tiver o hábito de fazer uma leitura seletiva.

O primeiro parágrafo do ombudsman evidencia uma superlativização que o autor lança mão para mostrar sua avaliação a respeito da chamada de 19/07/2009. Ele diz que se trata de um dos “mais graves erros jornalísticos cometido por este jornal desde que assumi o cargo,

em abril de 2008”. Seu discurso avaliativo, no entanto, se resume a dizer que “o erro é jornalístico” e ameniza a responsabilidade do jornal estabelecendo uma voz passiva “cometido por este jornal”, colocando-o como objeto e não como sujeito na ordem sintática. Interessa-nos aqui, notadamente, o discurso, mas as relações sintáticas não foram desprezadas por Bakhtin/Volóchinov (2010), principalmente quando ele fala da natureza social e dialógica da palavra:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2010, p.117).

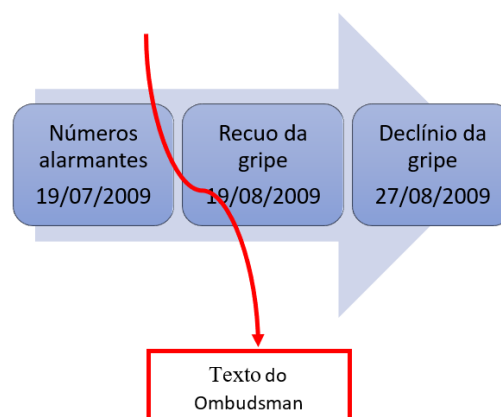
Dessa forma, de início, temos um autor criador que se instaura na busca de uma correção do erro, mas não identifica um responsável empírico, sendo a única atribuição substantiva, em seu texto, à Redação, que ganha contornos de substantivo próprio: “O pior é que a Redação não admite o erro” (SILVA, 2009, p. A8). Daí, a necessidade de interpelamos nossa questão-problema.

Com efeito, em resposta à nossa pergunta norteadora, podemos tentar aludir ao fato de ela deve ser dada quando conseguimos depreender que a responsabilidade enunciativa, no âmbito discursivo, é delegada a um universo abstrato: a Redação e não ao jornal que, neste caso, assume especialmente um papel de instância enunciativa. Sobre o ato realizado e, portanto, ético-responsável, reportamo-nos a Bakhtin (2010a):

Cada representação não suprime, mas simplesmente especializa a minha responsabilidade pessoal. O reconhecimento-afirmação real de tudo aquilo de que serei representante é um ato meu pessoalmente responsável (BAKHTIN, 2010a, p. 112).

Ademais, o texto do Ombudsman – no meio do caminho – instaura um processo discursivo de ruptura, posto que, depois dessa publicação, as chamadas existentes mudaram de maneira substancial seu modo de divulgar os dados. Na verdade, o texto do ombudsman apenas refletiu e não refratou o que os leitores mais atentos e o Ministério da Saúde reclamavam: a retificação dos dados. Sendo assim, poderíamos representar esse momento de cisão da seguinte forma:

Figura 2. A cisão do fluxo discursivo



Por fim, o texto do ombudsman representa mais do que uma pedra no caminho, mas uma voz social que, imbuídos de um sentimento de posição discursiva, exigiram do jornal uma postura mais sólida e, portanto, acurada do processo que foi completamente desestabilizado quando a chamada e, conseqüentemente, a reportagem passaram a pulular a partir de um campo complexo de desencontros e de modelos matemáticos utilizados pelo Ministério da Saúde, que não os explicitados no relato de Hélio Schwartzman. Portanto, as chamadas, além de não serem objetivas, mostram-se mediadas pela subjetividade e pelo ato responsável e ético de maneira inegável.

Considerações (quase) Finais

Mediados por todo o fluxo analítico e teórico, ora apresentados, chegamos às considerações finais com a sensação de que, discursivo e dialogicamente, este trabalho necessita e reclama, ainda, a presença de múltiplas leituras e análises. No entanto, as propostas que orientaram a produção desta pesquisa apontaram resultados, principalmente nas discussões, esclarecedores do ponto de vista discurso jornalístico fora dos gêneros canônicos, isto porque privilegia a PP como lócus discursivo e analítico principal.

A despeito desse fato, consideramos, primeiramente, os possíveis efeitos de sentidos depreendidos de um jogo dialógico não se dá de maneira estanque e tampouco deve ser cercado por uma delimitação do topos, no nosso caso a PP, uma vez que os enunciados se encontram no mundo da vida e, portanto, em constantes diálogos e refrações.

De igual modo, os sentidos de alarme/pânico e contenção/recuo são investidos em todo momento e funcionam como um pêndulo, que pulsa entre um lado e outro, mas que está à espreita da iminente mitigação de dados para, novamente, avançar ou retroceder com o discurso de que a obrigação do jornal é tão “somente informar”, quando, para nós, o discurso e a palavra se encontram na vida e no seio da sociedade, portanto indiscutivelmente subjetivas e responsáveis eticamente, à maneira como sugere Bakhtin em suas discussões. Sejam as divulgações científicas materializadas por meio dos dados, da notícia ou da reportagem, a nosso ver nunca serão tomados tão somente como fatos, mas como discursos e, portanto, essencialmente subjetivos.

Os números, como sinais, algarismos arábicos, símbolos ou signos saussureanos não dizem absolutamente nada de concreto, pois dialogam com um mundo abstrato que sequer provisionam um “porém”, um “talvez”, um “senão”. Quando inseridos no mundo da vida, todos esses senões são instaurados e passam a ser levados em consideração porque, posteriormente à sua interação com o subjetivo, a interação o refrata na medida em que não o conhece como dado indiscutível, mas como produto de um mundo também subjetivo.

Ademais, nossa hipótese de que o jornal assume um compromisso ético, à luz dos estudos bakhtinianos sobre o ato responsável, é ratificada, pois, apesar de o jogo de responsabilidade ter sido claramente mostrado nos enunciados aqui discutidos, a instância enunciativa, o jornal Folha de S. Paulo, está enredada na flutuação do discurso e, portanto, deve(ria) assumir como responsabilidade sua a divulgação de números contundentes, questionáveis e contraditórios.

Por fim, considerando os fatores infundáveis de proposições de leituras e análises do corpus, encontramos-nos na posição daqueles que aceitam rediscutir o trabalho e os resultados aqui abarcados, pois consideramos a evidência de que o fator operacional do fazer científico se dá em constante diálogo, refazimentos e de experiências somáticas, tornando esta pesquisa, não um fazer acabado, mas em constante processo de devir.

Referências

AMORIM, M. S. Ato versus objetivação e outras oposições fundamentais no pensamento bakhtiniano. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; Castro, G. (org). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006, p. 17-24.

_____. Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. In: BRAIT, B. (org). **Bakhtin:** dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009, p. 17-44.

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável.** 1. ed. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2010a.

_____. **Questões de literatura e de estética:** a teoria do romance. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.

_____. **Estética da criação verbal.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. M/VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin:** outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. **Guia de vigilância epidemiológica:** Caderno 1 – Influenza. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

COSTA, F. S. **Pandemia em (dis)curso:** ethé discursivos do jornal Folha de S. Paulo em manchetes e chamadas sobre influenza a (h1n1). 2016. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo:** as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERREIRA JÚNIOR, J. **Capas de Jornal:** a primeira imagem e o espaço gráfico visual. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação.** São Paulo: Publifolha, 2013.

_____. 2009. Gripe suína deve atingir ao menos 35 milhões no país em 2 meses. São Paulo, 19 jul., primeira página.

_____. 2009. Números do governo indicam queda nos casos da gripe suína. São Paulo, 19 ago., primeira página.

_____. 2009. Epidemia de gripe A perde força no Brasil. São Paulo, 27 ago., primeira página.

GIANFALDONI, M. H. T. A.; MOROZ, M. **O processo de pesquisa:** iniciação. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

SILVA, C. E. L. 2009. **No limite da irresponsabilidade.** Folha de S. Paulo. Caderno Brasil. São Paulo, 26 jul.

SOBRAL, A. Ato/Atividade e evento. In: BRAIT, B. **Bakhtin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p. 11-36.

PONZIO, A. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: Bakhtin, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável.** São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2010a, p. 9-40.

PONZIO, L. Michail Bachtin, um Filosofo in Dialogo con la Filosofia della sua Epoca. Università di Salento: **Editoria Scientifica Elettronica**, a.XXV n.s., n. 74, 2011. Disponível em <http://siba-ese>.

unile.it/index.php/segnicompr/article/view/13057. Acesso em 15 mai. 2020.

Recebido em 04 de dezembro de 2020.

Aceito em 13 de janeiro de 2021.